

Governo se cerca de garantias ao renegociar dívida de estados

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — No projeto de rolagem da dívida dos estados, a ser enviado ao Congresso na terça-feira, o Governo procura se cercar de garantias vê-lo rigorosamente cumprido. Apesar do interesse em usar a renegociação como barganha política na votação da reforma fiscal, o Governo pretende aprovar mecanismos que evitem o festival de inadimplências da maioria dos governos estaduais. Nos últimos dois anos, poucos foram os que pagaram em dia os seus compromissos com entidades do Governo federal.

Uma das cláusulas do projeto prevê a emissão, pelos estados e municípios, de títulos públicos especiais em favor da União, em valor equivalente ao total do débito a ser refinanciado. Modelo semelhante ao utilizado pelo Brasil na renegociação da dívida externa.

— Em caso de atraso, o título será imediatamente executado — diz o diretor-adjunto do Tesouro, José Cechin.

Também entram como garantia as receitas próprias das empresas estaduais e as dos Fundos

de Participação dos estados e municípios. A lei anterior de rolagem, de dezembro de 1991, vigorou até o último dia 31, mas nenhum estado assinou acordo com base nas regras nela previstas.

Mesmo assim, o projeto de lei beneficia os estados inadimplentes. De acordo com Cechin, aqueles que estiveram em dia entre setembro de 1991 e dezembro de 1992, poderão deduzir das próximas prestações o valor pago, porque o refinanciamento será calculado com base nas obrigações que venceram desde aquela época, tenham sido pagas ou não. Isto é, como toda a dívida em atraso será refinanciada em condições melhores, os estados inadimplentes se beneficiam tanto de um prazo maior e juros mais baixos, como terão direito a prestações reduzidas por já terem pago parte da dívida.

O projeto de rolagem da dívida de US\$ 53 bilhões, que já está pronto, será levado hoje ao presidente Itamar Franco pelo ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad.



Serra discute ajuste

Preterido por Itamar Franco para o cargo de ministro da Fazenda, o deputado José Serra (PSDB-SP) discutiu ontem com o ministro Paulo Haddad (de pé) os projetos que estão na pauta de votação do Congresso, entre eles o do ajuste fiscal, do qual é um dos maiores críticos.